

# A MODALIDADE E SEU TRATAMENTO NO ENSINO DE LÍNGUA

## 1 Introdução

Nos últimos quatro anos tenho me dedicado ao estudo de modalidade no âmbito mais amplo de um projeto sobre a língua falada e a língua escrita. Desde o início do projeto foi observado que, embora a modalidade seja um fenômeno bastante comum tanto na fala quanto na escrita, é pouco estudada por lingüistas e quase que ignorada por gramáticos da língua portuguesa. Não há, portanto, de admirar a ausência do tratamento da questão da modalidade no ensino, de todos os níveis. Meu objetivo, neste trabalho, será mostrar que a inclusão de, pelo menos, algumas noções básicas sobre a modalidade no ensino pode contribuir para a formação de bons e críticos usuários da língua portuguesa. Primeiro, será apresentada uma breve discussão sobre modalidade. Em seguida, será mostrado o tratamento dado ao assunto pelas gramáticas de referência e nos manuais de ensino. Finalmente, algumas sugestões para um tratamento da modalidade no ensino serão oferecidas.

## 2 A Modalidade

As noções de 'modo' e 'modalidade' são notoriamente vagas. Palmer (1986) cita algumas das definições propostas e comenta que elas englobam aspectos tais como a atitude ou opinião do falante, atos de fala, subjetividade, não-factividade, não-asserção, possibilidade e necessidade. Lyons (1977:791-2), na sua discussão sobre a modalidade, nota que até muito recentemente a lógica modal tem se preocupado quase que exclusivamente com a *modalidade alética*, aquela que diz respeito à *necessidade* e *contingência* da assertiva, ou seja, aquela que julga sobre o possível, o necessário e o impossível e suas nuances. Essas modalidades ditas *aléticas* têm suas conseqüências (lógicas) na cadeia do discurso, pois quando algo é tido como necessário, não pode ser asserido mais adiante como improvável. Hoje em dia, dois outros tipos de necessidade e possibilidade são reconhecidos e formalizados pelos lógicos e lingüistas:

- a) a **epistêmica**, que se refere à crença ou ao conhecimento que temos de um estado de coisas;
- b) a **deontica**, que se refere à conduta ou às normas, aquilo que se deve fazer.

Como nota Koch (1996:86-87), "ao produzir um discurso, o locutor manifesta suas intenções e sua atitude perante os enunciados que produz através de sucessivos atos ilocucionários de modalização, que atualizam por meio dos diversos modos de lexicalização que a língua oferece".

Entre os vários tipos de lexicalização possíveis das modalidades, a autora cita os seguintes:

- a) performativos explícitos: eu ordeno, eu proíbo, eu permito, etc.
- b) auxiliares modais: poder, dever, querer, precisar, etc.
- c) predicados cristalizados: é certo, é preciso, é necessário, é provável,
- d) advérbios modalizadores: provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente, etc.
- e) formas verbais perifrásticas: dever, poder, querer, etc, + infinitivo
- f) modos e tempos verbais: imperativo; certos empregos do subjuntivo, uso do futuro do pretérito com valor de probabilidade, hipótese, notícia não confirmada; uso do imperfeito do indicativo com valor de irrealidade, etc.
- g) verbos de atitude proposicional: eu creio, eu sei, eu duvido, eu acho, etc.
- h) entoação: (que permite, por exemplo, distinguir uma ordem de um pedido, na linguagem oral
- i) operadores argumentativos: pouco, um pouco, quase, apenas, mesmo, etc.

Os exemplos (1) do **corpus** escrito e (2) do **corpus** falado, mostram casos típicos da modalidade.

- (1) Há *exatos* 11 anos, estava na linha de frente da campanha pelas eleições diretas para presidente da República. Foi uma luta difícil. Uma briga de todos aqueles que queriam acabar com um regime totalitário e romper com estruturas. Perdemos. Tanto tempo depois, porém, *podemos* finalmente *dizer* que vivemos na mais absoluta normalidade democrática. Por esse motivo, *acho* indispensável garantir a todos os governantes, seja na esfera municipal, estadual ou federal, o direito de se reeleger. Sempre fui um defensor dessa tese. *Não se trata* aqui de fazer uma defesa da atual safra de administradores ou mesmo do presidente Fernando Henrique Cardoso. *É preciso* colocar o Brasil em sintonia com os

principais países do mundo, onde a reeleição é um instrumento da democracia.

(E032 fonte: IstoÉ)

(2) L2: *não sei* se certo ou se errado isso somente o futuro é que dirá...

acontece é que *realmente* para ISSO a comunicação foi válida

L1: *até certo ponto* como: veículo de politização da massa

é *possível* que a comunicação seja boa porque isso aí fica na FAIXA da cultura MÉdia... e eu tava pensando *em termos de* cultura Alta... (fonte:NURC/REC27)

No primeiro exemplo, o autor está defendendo a tese de reeleição, alternando entre asserções categoriais *Foi uma luta difícil*, posições pessoais *acho indispensável garantir*, e ações obrigatórias *É preciso*, para construir seu argumento. Os falantes, no segundo exemplo, estão discutindo o valor da comunicação. L2 alterna entre incerteza *Eu não sei* e certeza, *realmente*, enquanto L1, que anteriormente tinha falado dos grandes defeitos da comunicação, delimita sua posição, *até certo ponto, em termos de* e admite a *possibilidade* da comunicação ser boa em circunstâncias específicas. Em ambos os exemplos, vemos o autor e os falantes expressando suas atitudes e se comprometendo com seus enunciados em graus diferentes, no processo da construção dos seus argumentos.

O que é evidente nos dois exemplos é a subjetividade dos enunciados, a qual é, para Palmer (1986:16), um critério essencial para a modalidade. Esse autor sugere que a “modalidade, podia ser definida como a gramaticalização das atitudes e opiniões (subjetivas) dos falantes”.

Para Stubbs (1986:4), a modalidade “pode ser vista como um princípio organizador central da linguagem”. Este autor usa o termo modalidade para significar os meios em que a língua é usada para codificar significados tais como graus de certeza e comprometimento ou alternativamente vagueza e falta de comprometimento, crenças pessoais versus conhecimentos geralmente aceitos. Segundo Stubbs, é possível de modalizar apenas três tipos de unidade lingüística: 1) itens lexicais individuais (palavras e frases), 2) forças ilocucionárias e 3) proposições. Os exemplos que seguem mostram estas possibilidades:

*Itens lexicais*: escritores e falantes, às vezes, usam palavras e frases com as quais não se identificam completamente, como os exemplos (03), (04) e (05):

(3) tiveram que lutar contra o **chamado** imperialismo branco

(4) ...fazer filosofia **no sentido acadêmico o sentido rigoroso**

(5) os sociologistas... não é? **entre aspas** ... do direito

Os itens **chamado, entre aspas, no sentido** indicam que o item lexical ou a frase que eles modalizam é de alguma forma problemático, por exemplo: ou seu significado não é geralmente aceito, ou é um uso técnico, ou então varia de falante para falante. Em qualquer das ocorrências, mostram alguma atitude sobre o significado do item lexical ou da frase.

*Força ilocucionária*: os exemplos (6), (7) e (8) mostram a modalização da força ilocucionária.

(6) **Temos que admitir**... que a realidade terceiro mundo foi descoberto no pós-guerra

(7) **Foi um prazer recebermos** seu pedido de associação ao Citibank Classic Mastercard.

(8) **Gostaríamos de informar**-lhe que o processo de análise de sua proposta...

Em cada um dos exemplos algo mais é dito do que seria estritamente necessário para simplesmente comunicar que “admitimos que a realidade...”; “recebemos seu pedido” e informamos sobre sua proposta”, modalizando a força ilocucionária de cada enunciado.

*Proposições*: a modalização de proposições pode ser vista nos exemplos (9), (10) e (11).

(9) **É verdade** que esta inquietação está associada a uma questão mais ampla...

(10) **Acredito** que a nossa próxima professora de português jamais será como V.Sa.

(11) **Realmente**, é uma questão financeira **mesmo**.

Os modalizadores, **é verdade, acredito, e realmente** revelam o grau de comprometimento do falante/escritor em relação à proposição.

### 3 A modalidade nas gramáticas e manuais de ensino

Foi realizado um exame de sete gramáticas da língua portuguesa.<sup>1</sup> A escolha das gramáticas para análise foi baseada nas indicações de colegas quando perguntei qual gramática eles usavam como apoio ao ensino da língua portuguesa. A análise mostrou que a grande maioria nem sequer menciona o termo *modalidade*. Todas, porém, usam o termo *modo*. Isto, em geral, é feito no capítulo sobre verbo e é simplesmente dito que o verbo em português possui três modos: o indicativo, o subjuntivo e o imperativo, seguidos com exemplos das formas. Algumas ainda tecem breves comentários sobre o significado de *modo* como Rocha Lima (p. 123): “O modo caracteriza as diversas maneiras sob as quais a pessoa que fala encara a significação contida no verbo; distinguem-se três modos: *indicativo, subjuntivo e imperativo*.”

<sup>1</sup> As gramáticas foram os seguintes: Gladstone Chaves de Melo, *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, 3 ed, 1978; Celso Ferreira da Cunha, *Gramática da Língua Portuguesa*, 6ed, 1980; Napoleão Mendes de Almeida, *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, 3 ed, 1994; Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa*, 3 ed, 1994; Carlos Henrique de Rocha Lima, *Gramática Normativa*, 32 ed, 1972; Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da Língua Portuguesa*, 2 ed, 1989; Mário Vilela, *Gramática da Língua Portuguesa*, 1995.

Apenas duas gramáticas consultadas usam o termo *modalidade*: (1) a *Gramática da Língua Portuguesa* de Mário Vilela que distingue “modo” e “modalidade”. “O “modo”, como categoria gramatical própria do verbo, é um dos instrumentos privilegiados para exprimir a “modalidade” (p.137). Por modalidade o autor entende “como a gramaticalização das atitudes subjectivas do falante e a sua transposição para o conteúdo do enunciado”.(p.138)

(2) a *Gramática da Língua Portuguesa* de Maria Helena Mira Mateus et al. com uma seção intitulada *Modalidade*. São discutidos tanto os **modos verbais** quanto os **verbos modais**. As autoras notam que, enquanto prática lingüística em interação, todo enunciado apresenta um determinado grau de modalização que consiste “numa modificação introduzida pelo locutor ao nível da predicação, como resultado das condições postas à sua realização e da relação entre os elementos envolvidos na produção” (1983:143).

Talvez, o tratamento dado à modalidade na maioria das gramáticas, ajude explicar sua ausência como tema nos livros didáticos da língua portuguesa que foram examinados.<sup>2</sup> Às vezes, expressões modalizadoras são introduzidas sob outra terminologia (verbos de introdução de opinião, advérbios, etc.), mas considerações mais detalhadas sobre as implicações ou as situações apropriadas do seu uso, são, em geral, inexistentes.

Por exemplo, em um livro didático recente de Platão e Fiorin, intitulado **Lições de Texto: leitura e redação** (Ática 1996), num capítulo sobre argumentação há o seguinte comentário:

“Para tornar o texto convincente, pouco adiantam manifestações de sinceridade do autor ou declarações de certeza expressa por construções como tenho certeza, estou seguro, creio sinceramente, afirmo com toda convicção, é claro, é evidente. Num texto não se prometem sinceridade e convicção. Constrói-se o texto de forma que ele pareça sincero e verdadeiro. A argumentação é exatamente a exploração de recursos com vistas a fazer o texto parecer verdadeiro, para levar o leitor a crer.”

A maioria das construções citadas são modalizadores epistêmicos. Os autores não abordam explicitamente a modalidade, embora teria sido uma oportunidade para mostrar porque não é apropriado o uso destas expressões num argumento ou melhor ainda, uma vez que são extremamente comuns até em textos argumentativos, quando é apropriado usá-las. Não há considerações deste tipo no texto da lição, embora neste mesmo capítulo, um dos exercícios

propostos cita um artigo de jornal em que o autor do artigo diz “Acredito que a maioria das pessoas se automedica por sugestão de amigos...” O exercício pergunta se o uso do verbo *acreditar*, em termos de força argumentativa, é mais convincente que os dados estatísticos apresentados num outro trecho do mesmo artigo e se o uso desse tipo de argumento desqualifica o resto da dissertação. A resposta oferecida é: sim embora o uso do verbo *acreditar* enfraqueça o argumento comparado ao uso de “dados objetivos” (os números), não invalida o argumento do resto da dissertação porque o autor é um médico conhecido e portanto pode fazer hipóteses sobre porque as pessoas se automedicam. Não há, no entanto, nada no capítulo em questão ou em outros capítulos do livro, qualquer discussão ou explicação que levaria o aluno a esta resposta.

### 3 Considerações para um tratamento da modalidade no ensino

Como não sou pedagoga nem, sequer, professora de língua, não tenho a pretensão de mostrar **como** deve ser ensinada a questão de modalidade. Quero, apenas, sugerir que a modalidade é um aspecto da língua que deve ser considerado nas aulas de língua materna, por consistir num domínio necessário aos usuários dessa língua, tendo em vista as implicações diretas e indiretas do uso ou não uso dos modalizadores na interação social. A habilidade de expressar-se bem na língua, como a habilidade de interpretar (compreender) a língua (oral ou escrita) depende, em parte, no domínio que se têm dos recursos que a língua oferece. A modalidade é um importante recurso para a produção de sentido; sentidos que variam do bem sutil ao bem explícito.

Nos livros didáticos examinados há uma preocupação em apresentar diferentes tipos de textos. Muitos utilizam textos reais com o objetivo de ensinar o aluno a ler e produzir os vários tipos de textos que podem ser encontrados na sua vida cotidiana, de textos práticos (bilhete, anúncio, cardápio, convite, manual de instruções, bula de remédio) e textos informativos (textos jornalístico, enciclopédia, gramática, mapa etc.) aos textos literários (poema, conto, crônica, fábula, novela etc.)

É comum nos livros didáticos, ao descrever os diferentes gêneros de texto, atribuir aos textos científicos a característica principal da objetividade. Se forem realmente objetivos, não devemos encontrar muita modalização, expressão principal da subjetividade. No entanto, o discurso científico é bastante modalizado. Veja-se, por exemplo, o seguinte caso: (exemplo 12).

<sup>2</sup> Para a análise dos livros didáticos, foram escolhidas coleções que tinham recebidos as mais altas recomendações do MEC nas avaliações para 98 e 99. M.F. Cocco e M.A. Hailer, *ALP (Análise, Linguagem e Pensamento)*, FTD e C.S. Carvalho e M.G. Baraldi *Construindo a Escrita*, Ática, para as séries 1-4; M.F. Cocco e M.A. Hailer, *ALP (Análise, Linguagem e Pensamento)*, FTD e M. Soares, *Português através de textos*, Moderna, para as séries 5-8. Para o segundo grau foi examinado Platão e Fiorin, *Lições de texto: leitura e redação*, Ática e Faraco e Moura, *Língua e Literatura*, Ática.

(12) *Admitindo* que o objetivo fundamental do professor de Português é o de ampliar a capacidade de comunicação, expressão e integração pela linguagem da população atingida pelo seu trabalho, *parece correto* esperar que o currículo de Letras prepare o futuro professor para (...)

(Fonte: Ilari |(1992:99-100)

Observem-se aqui as duas expressões assinaladas. Seguramente, o autor postula tanto o objetivo do professor de Português, como defende a configuração do currículo de Letras proposto. Contudo, deixa esta sua segurança sem a certeza que a caracteriza, não porque tenha dúvidas, mas sim por não querer se apresentar impositivo. Como Coracini (1991) bem observou, o discurso científico não se acha infenso à modalização como expressão da “subjetividade” do enunciador. O estudo da modalização na escola prepararia o aluno para ser mais crítica na leitura e produção, também dos textos científicos. Ou seja o aluno aprenderia quando e porque é apropriado modalizar mesmo em textos “objetivos”.

O estudo da modalidade pode ilustrar muito bem a construção de sentido num texto, principalmente o sentido implícito. O exemplo (4) extraído de uma bula de remédio mostra o uso do auxiliar modal *poder* para amenizar os **possíveis** efeitos colaterais de um remédio

(13) O álcool intensifica o efeito do “Rivotril” e isto **pode ser prejudicial**.

[...]

O “Rivotril” **pode modificar** reações que necessitem muita atenção como dirigir veículos ou operar máquinas perigosas. [...]

NÃO TOME REMÉDIO SEM O CONHECIMENTO DE SEU MÉDICO. **PODE SER PERIGOSO PARA A SUA SAÚDE**. [...]

Como outras drogas deste tipo, o “Rivotril” **pode modificar** o comportamento dos pacientes (por exemplo, dirigir veículos)

(Bula de Remédio “Rivotril”)

Após a leitura de uma bula repleta deste modalizador, temos a impressão que embora possível, não é muito provável que os efeitos colaterais e danosos nos afetarão. Por exemplo, mais de uma vez há menção do efeito da combinação do uso do remédio com álcool e a relação entre o uso do remédio e certas operações tais como dirigir veículos ou operar máquinas perigosas.

O efeito de sentido do uso do auxiliar modal *poder*, nestes exemplos, é de atenuar as consequências potencialmente danosas do uso desta droga. Veja a diferença de sentido se retiramos os modalizadores nas linhas 1 e 2: *O álcool intensifica o efeito do “Rivotril” e isto é prejudicial. O “Rivotril” modifica reações que necessitem muita atenção como dirigir veículos ou operar máquinas perigosas.*

A advertência encontrada na linha 3 aparece em quase todas as bulas. O curioso é que a advertên-

cia escrita em maiúsculas *NÃO TOME REMÉDIO SEM O CONHECIMENTO DE SEU MÉDICO* é modalizada logo em seguida, *PODE SER PERIGOSO PARA A SUA SAÚDE*, tirando assim, uma boa parte da força da advertência. É dizer, é possível, mas não certo, que será perigoso; portanto arrisca!

Podemos, através do estudo de textos cotidianos como as bulas, ensinar, ou pelo menos, alertar os alunos para os possíveis efeitos de sentido encadeados pela modalização. Entre outros textos (escritos e orais) que podiam ser analisados para os efeitos de sentido devido a modalização, são textos políticos, textos de propaganda, e textos jornalísticos.

## 4 Conclusão

O que foi exposto aqui é, apenas algumas reflexões sobre as possíveis aplicações no ensino de português da análise da modalização. Para terminar gostaria sugerir que o ensino dos vários usos da modalização é também muito importante para o ensino de português como segunda língua. Embora a modalização esteja presente em todas as línguas, suas formas e seus usos variam muito de língua para língua, dificultando uma aquisição fácil justamente porque em muitos casos não há formas equivalentes entre a primeira e segunda língua. Apesar desta dificuldade, focar a aquisição das sutilezas da modalização, o que é imprescindível para a formação de um competente usuário da língua, deve ser também uma das metas do processo ensino/aprendizagem de uma língua, seja como língua materna ou como segunda língua.

## Bibliografia

- CORACINI, Maria José. 1991. *Um Fazer persuasivo: O Discurso Subjetivo da Ciência*. São Paulo, Pontes/EDUC.
- KOCH, Ingedora G.V. 1996. Cognição e processamento textual. *Revista da ANPOLL* 2:35-44.
- LYONS, J. 1977. *Semantics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MATEUS, Maria Helena Mira; Brito, Ana Maria; Duarte, Inês; Faria, Isabel Hub. 1989. *Gramática da Língua Portuguesa*. 2 ed. rev. Lisboa, Caminho.
- PALMER, F.R. 1986. *Mood and Modality*. Cambridge, Cambridge University Press.
- PLATÃO E FIORIN. 1996. *Lições de Texto: leitura e redação*. São Paulo, Ática.
- STUBBS, Michael. 1986. “A matter of prolonged fieldwork”: Notes towards a modal grammar of English. *Applied Linguistics* 17(1):1-25.
- VILELA, Mário. 1995. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra, Almedina.